



AVANÇOS, RETROCESSOS E PERSPECTIVAS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL

Mayra Silva dos Santos¹

Silvana Barreto Oriente²

INTRODUÇÃO

Este texto tem como objetivo apresentar alguns avanços e retrocessos no campo da educação para relações étnico-raciais entre anos de 2003 a 2022, bem como, as perspectivas para o novo governo (2023-2026). Propomos uma discussão que contorne os avanços e retrocessos dentro do campo das relações étnico-raciais, sobretudo na educação nesse período, alinhando uma perspectiva propositiva para o próximo governo. Acreditamos, que houve muitos avanços nas últimas décadas, contudo nos últimos anos, as declarações e manifestações discriminatórias que se apoiam em preconceitos e discriminação raciais, impactaram efetivamente a vida da população negra e de grupos menos favorecidos.

Para tal, fazemos uma análise descritivo-analítica dos principais avanços e retrocessos, em especial no campo educacional e, em seguida apresentamos as perspectivas para o próximo governo (2023-2026). Utilizamos alguns documentos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei nº 9.394/96 e as Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais e as Diretrizes para o Programa de Reconstrução e transformação do Brasil Lula Alckmin (2023-2026).

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos. Professora da Educação Básica, São Carlos- SP. E-mail: mayrasilvaufma@hotmail.com.

² Doutoranda pelo Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos. Professora e Gestora da Educação Básica, São Carlos- SP, E-mail: silvanaboriente@gmail.com.



AVANÇOS, RETROCESSOS E PERSPECTIVAS PARA UMA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS (2003-2022)

O governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011) pode ser considerado um marco no tocante às políticas de promoção da igualdade étnico racial. Nessa perspectiva, é importante lembrar alguns marcos históricos desse processo de promoção e valorização das relações étnico-raciais, destacando que, segundo BRASIL (2013), o uso do termo 'étnico' pretende marcar as tensas relações que seguem as diferenças na cor da pele e traços fisionômicos, bem como a afirmação de que a raiz cultural da ancestralidade africana se manifesta diferente dos valores e princípios considerados universais.

Uma das principais ações que se deve destacar foi a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em 2003, na qual a questão racial foi incluída como prioritária. Ainda em 2003, em 9 de janeiro, foi promulgada a Lei nº 10.639, assinada pelo presidente da República alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei nº 9.394/96. A partir dessa lei o Ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira passou a ser obrigatório nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares.

Em fevereiro de 2004, foi criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), com o objetivo de equacionar a multiplicidade das dimensões que estão envolvidas nas questões de desigualdade no Brasil. Nesse mesmo ano foi homologada e publicada, em 17 de junho, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (DCNERER) e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, texto que foi distribuído pelo MEC, em 2005 a todos os sistemas de ensino.

Diante desse marcos expostos, é possível verificar o esforço do MEC para que essa importante política educacional fosse implementada de maneira efetiva. Além disso, foram realizados inúmeros momentos de formação continuada presencial e a distância, publicados e distribuídos materiais didáticos



específicos, realizadas pesquisas, fortalecidos os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs), criados fóruns estaduais e municipais de Educação e Diversidade Étnico-racial, dentre outras inúmeras iniciativas.

Contudo, apesar dos avanços e conquistas legais pós redemocratização, é importante dizer que a partir do governo Bolsonaro (2019-2022), a perpetuação das desigualdades sociais-raciais foram ainda mais acentuadas e valorizadas no âmbito político-institucional se refletindo, também, na educação. O conservadorismo e reacionarismo contribuíram a pouca efetividade das conquistas políticos-institucionais até então promulgadas e, em pior tese, para a inexistência de projetos que tomassem como premissa a luta pela igualdade de direitos e o respeito à diversidade em todos os âmbitos.

Os primeiros passos de retrocesso ocorreram com a alteração da estrutura administrativa do Ministério da Educação (MEC), que extinguiu a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), pertencente ao MEC desde 2004. Para ocupar seu lugar, foi criada a Secretaria de Modalidades Especializadas e a Secretaria de Alfabetização, extinguindo-se nesse sentido, a diretoria voltada para as relações étnico-raciais e para os direitos humanos e cidadania.

Sua extinção gerou impacto nas populações vulneráveis, ameaçando o direito à educação, uma vez que, sem políticas públicas, esse público torna-se alvos da evasão e baixo rendimento escolar, contribuindo ainda mais para a perpetuação de desigualdades. Desde então, tais políticas vem sofrendo significativos ataques, expressos por meio de falas e ações que não problematizam as desigualdades raciais, pelo contrário, atacam e desfavorecem a população negra. Além disso, o sucateamento e os cortes orçamentários enfraqueceram importantes aparelhos estatais e institucionais que deliberavam ações antirracistas estruturadas no cenário brasileiro nas duas últimas décadas.

Para além disso, podemos destacar as falas de Jair Bolsonaro sobre pessoas negras e indígenas que geraram polêmicas em torno do preconceito racial. Suas declarações discriminatórias antes e durante seu governo (2018-2022) retratam seu posicionamento frente ao preconceito e naturalização de



práticas racistas na sociedade atual. Sua posição como líder estatal operou e representou um atraso subsequente nas relações étnico-raciais no Brasil, sobretudo no campo da educação, pois a partir daí, as ondas de preconceito e racismo se acentuaram ainda mais nos diversos espaços sociais, sobretudo na escolas, por meio de ataques e discursos discriminatórios.

As acusações e críticas sobre a posição retrógrada de sua trajetória como presidente permitiu que se estabelecesse uma visão racista, misógina e homofóbica de sua figura. Em relação as questões raciais, criticou o Movimento Negro na lógica de reverter a questão do racismo e política de cotas. Negou o racismo no país, tentou de certa forma, silenciar a população negra e, reger seu governo de declarações e políticas que não compactuam com a diversidade étnica do país.

Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, para o terceiro mandato como presidente, a perspectiva para que mudanças concretas ocorra, tem sido almejada pela população brasileira que enfrentou durante os últimos anos situações de preconceito e racismo em instâncias políticas e institucionais. Eleito com apoio de partidos e movimentos sociais, Luiz Inácio Lula da Silva irá governar a partir de 2023 sob forte pressão dos aliados de Jair Bolsonaro. Contudo, é importante dizer, que sua eleição representou em certa medida, uma quebra rumo a uma nova estruturação contra o conservadorismo e reacionarismo perpetuado nos últimos anos no Brasil.

A proposta é dar continuidade em políticas que de em suma foram negligenciadas e colocadas em “segundo plano” no governo anterior. Em seu plano de governo (2023-2026), Lula apresenta a implementação de um amplo conjunto de políticas públicas de promoção da igualdade racial e de combate ao racismo estrutural. A intenção é garantir ações afirmativas para a população negra e o seu desenvolvimento integral nas mais diversas áreas, sobretudo para a educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Por meio dessa discussão foi possível analisar alguns dos avanços e retrocessos desenvolvidos no Brasil nos últimos 19 anos. As alterações foram significativas, contudo, a onda reacionária e conservadora articulada nos últimos anos viabilizou um decaimento no que concerne as políticas para as relações étnico-raciais. Contudo, é importante dizer que, as perspectivas com a eleição do novo governo a partir de 2023, é reconstruir e construir políticas que combatam e revertam a política atual de preconceito, genocídio e perseguição da população negra. Dentro da perspectiva educacional, trabalhar contra todas as formas de discriminação, tomando por base a proteção dos direitos da população negra, por meio de uma reflexão crítica e ações propositivas no âmbito escolar. Tudo isso, amparado de forma legal e com a contribuição do Estado nas mais diversas instâncias.

REFERÊNCIAS

BRASÍLIA. Conselho Federal de Psicologia (Brasil). **Psicologia brasileira na luta antirracista**: Prêmio Profissional. Virgínia Bicudo: volume 2. Brasília: CFP, 2022.

Tribunal Superior Eleitoral. **Diretrizes para o Programa de Reconstrução e transformação do Brasil Lula Alckmin - 2023-2026**. Programa Juntos pelo Brasil, 2022. Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2022/BR/BR/544/candidatos/893498/5_1659820284477.pdf. Acesso em: 22 dez. 2022.

BRASÍLIA. Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2006.

BRASIL. **Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão.



Brasília: MEC, SECADI, 2013.

SILVA. F.A da. **O racismo de Jair Bolsonaro: origem e consequências.** Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2020/O-racismo-de-Jair-Bolsonaro-origens-e-consequ%C3%Aancias>. Nexo Jornal, 2020. Acesso em: 20 de dez.2022.